Capítulo 105

O Brasil de hoje: o desenvolvimento em questão

No mapeamento do sistema capitalista internacional feito pelo Banco Mundial em 1990, a economia brasileira ocupa o nono lugar, segundo o valor do PIB: 375 bilhões de dólares em 1989. Uma posição considerável, mesmo tendo caído do sétimo lugar, alardeado na época do milagre econômico na década de 1970. Mas segundo o critério de renda *per capita*, ou seja, distribuição do PIB pela população, o Brasil não passa do 45º lugar, atrás do Uruguai, Panamá, Gabão e outros países considerados atrasados da África, Ásia e América Latina.

O sonho do Brasil Grande do regime militar se esvaneceu, levado por uma década de estagnação. No início da década de 1990, a produção industrial mantinha-se nos níveis de 1979-80; as exportações estacionaram na casa dos 10% do PIB e as importações não chegaram sequer a 5% de seu valor. Estagnação, baixa produtividade e baixa competitividade.

A BAIXA EFICIÊNCIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA — COMPARAÇÃO COM OUTRAS ECONOMIAS

Aumento da produtividade industrial (1980-1987)

Brasil	15,7%
Japão	70,5%
Bélgica	65,4%
Itália	58,9%
Inglaterra	48,1%
Holanda	44,7%
França	41,2%
Suécia	39,9%
EUA	34,2%

Fonte: Unicamp

Uma conseqüência da estagnação: 45 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade sujeitos ao mercado informal de trabalho, sem garantias sociais, oscilando entre o desemprego e o subemprego.

Os indicadores sociais confirmam os econômicos. Eis alguns:

- *mortalidade infantil* entre as mais altas do mundo — 62ª segundo a OMS, Organização Mundial de Saúde;
- *analfabetismo* elevado para os padrões internacionais: um quinto da população acima dos 7 anos de idade;
- alta *evasão escolar* – apenas 15% da população adolescente, entre 15 e 19 anos, freqüentam o 2º grau;
- apenas 60% dos empregados têm *carteira assinada*, proporção que fica menor entre as mulheres – apenas 45%;
- déficit de 8 milhões de *moradias* nas cidades, onde se concentram três quartos da população brasileira.

Tais indicadores se resumem a um só: *má distribuição de renda*. Dados do IBGE para o mesmo ano de 1989:

- 1% da população economicamente ativa com trabalho remunerado, cerca de 650 000 pessoas, concentrou 15,9% da renda nacional;
- os 10% mais pobres, cerca de 6,5 milhões de pessoas, ficaram com apenas 0,7% da renda;
- os 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda do trabalho de 33% para 39% entre 1981 e 1989.

Alguma coisa deu errado mesmo no processo de desenvolvimento, sobretudo na década de 1980. O país ficou mais pobre e, o mais grave, os pobres ficaram ainda mais pobres. Em 1990, havia pessoas ganhando em um mês o que um trabalhador de salário mínimo levaria 25 anos para ganhar! O Brasil não conseguiu, por exemplo, oferecer emprego para atender ao crescimento da população. Como agravante, não conseguiu manter o valor real do salário mínimo, remuneração de um terço dos assalariados.

Já em meados da última década do século XX, tornou-se incontestável: esgotou-se definitivamente o modelo de desenvolvimento dos anos de 1960-70, voltado para a substituição de importações e financiado por crédito internacional barato. O país dispõe na atualidade de forte base industrial e capacidade tecnológica considerável, mas nosso desenvolvimento está travado pelo excessivo crescimento do Estado e de sua atuação na economia, pela excessiva concentração de renda em pouquíssimas mãos e pelo bloqueio do crédito externo. Outras questões

dependem do reencontro dos rumos para a retomada do crescimento econômico.

1. Educação

Segundo estatísticas recentes do IBGE, a porcentagem de analfabetos sobre o total da população acima de 15 anos caiu de 56% para 17% entre 1940 e 1989. Cresceram os níveis de escolarização: o aumento do número de matrículas, principalmente no 2º grau e no ensino superior, superou o crescimento da população. A expansão da rede de ensino confirma isto: somente no nível universitário, de 1960 a 1990, o número de vagas oferecidas anualmente subiu de 50 000 para cerca de 450 000 em todo o país.

Apesar desses números, a situação da educação é terrível no Brasil, agravada pela estagnação dos anos 1980.

A crise é nítida: salas de aula sem condições, prédios em ruínas, alunos desmotivados e mal alimentados, professores despreparados e mal pagos, altas taxas de repetência e evasão escolar. Por trás desse sistema à beira da falência, temos: redução dos investimentos públicos, excesso de centralização e burocracia do Ministério da Educação, interferência de interesses políticos menores nas decisões administrativas e na aplicação dos recursos, ineficiência dos instrumentos de controle e avaliação dos programas em execução.

Herdamos boa parte dos problemas do recente período autoritário. A ditadura militar procurou ampliar o sistema escolar, mas à custa da qualidade do ensino. Reduziu as verbas para educação e degradou o ensino público — considerado excelente pelo Banco Mundial na década de 1960; subsidiou o ensino particular, que hoje domina grande parte do 2º grau e do ensino superior.

A Nova República pouco fez para recuperar a escola pública. O Brasil continua gastando pouco e mal em educação. O mais grave é que o melhor ensino de 1º e 2º graus hoje em dia é oferecido por escolas particulares, pagas e inacessíveis aos mais pobres. As melhores universidades são em geral as públicas, gratuitas, às quais os pobres não têm acesso porque não fizeram um bom 2º grau. Forma-se um círculo vicioso: a pobreza impede o acesso ao bom ensino, e a falta de boa educação gera mais pobreza.

Talvez o Brasil nunca tenha tido uma educação tão elitizada — outro sério entrave para o desenvolvimento.

2. Ciência e tecnologia

O Brasil já esteve mais atrasado no campo da ciência e tecnologia. Produzimos computadores, aperfeiçoamos sementes, desenvolvemos supercondutores para o transporte de energia elétrica, entre outras conquistas nas áreas da microeletrônica, biotecnologia, energia nuclear, pesquisa de materiais sintéticos etc. São avanços compatíveis com o estágio de desenvolvimento já alcançado pelo país, mas comparativamente ainda significam pouco.

É verdade que as despesas públicas com o setor cresceram nas últimas duas décadas.

DESPESA COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(% DO ORÇAMENTO DA UNIÃO)

1973	0,91
1974	1,03
1975	1,53
1976	1,83
1977	1,66
1978	2,18
1979	2,20
1980	2,11
1981	2,30
1982	3,64
1983	3,76

No período autoritário, os militares concentraram recursos em áreas estratégicas de interesse político-econômico, como a informática, protegida e estimulada pela *Lei de Informática* (1984), e a pesquisa nuclear, com o programa nuclear paralelo, desenvolvido secretamente por setores militares, fora do controle da Agência Internacional de Energia (AIE), por isso mesmo suspeito de querer chegar à bomba nuclear.

A atual meta brasileira é aumentar os gastos do país com ciência e tecnologia de 0,5% para 2% do PIB. Seria extraordinário, considerando-se que os países mais desenvolvidos investem cerca de 3% de seu PIB na área. Os obstáculos são grandes, porém. A política de cortes imposta pela crise impede o governo de aplicar mais. As empresas, diante da retração econômica, não têm estímulo para aplicar a longo prazo em pesquisa. Nem

mesmo a política de liberalização das importações, que praticamente suspendeu a reserva de mercado na informática, animou as multinacionais a transferir e desenvolver internamente novas tecnologias.

Há ainda o impasse, no governo e nos meios acadêmicos, sobre qual pesquisa deve receber mais verbas: a pesquisa básica (pesquisa científica, desenvolvida em universidades e institutos especializados) ou a pesquisa aplicada (busca de soluções tecnológicas para uso imediato). O governo que se encerraria em 1995 optou pela última hipótese, contra a opinião de boa parte dos professores e pesquisadores.

3. Meio ambiente

A degradação ambiental, mais que a inflação e a queda do PIB, foi o que reforçou no mundo a imagem do Brasil como país subdesenvolvido. Devastação não faltou nas últimas décadas. Além das queimadas gigantes na Amazônia e da morte lenta da Mata Atlântica, esgotos e resíduos industriais venenosos contaminam rios e litorais, comprometendo a saúde das populações urbana e rural. No campo, um problema a mais: a aplicação indiscriminada de agrotóxicos, muitos com produtos químicos já proibidos nos países de origem.

A agressão à natureza passou a ser considerada crime pela Constituição de 1988 (art. 225). Mas continuam o desmatamento, a poluição dos rios, a contaminação do solo e da atmosfera. Interesses econômicos poderosos, ação governamental fraca e ausência de cultura ecológica impedem um aproveitamento mais equilibrado dos recursos naturais.

Na década de 1970, os governos militares chegaram a tentar convencer a sociedade de que "poluição é preferível a miséria". Era a lógica do crescimento a qualquer preço para construir o Brasil-potência. A profunda crise dos anos 80 mostrou a falsidade do dilema: a poluição aumentou e a miséria também.

A história dos países industrializados encerra uma lição. Depois de mais de dois séculos de devastação ambiental, eles agora advertem para as conseqüências da agressão à natureza. Os subdesenvolvidos não podem repetir os mesmos erros. Devem começar por reconhecer que os recursos naturais acabam e que de sua utilização adequada depende um aproveitamento eficaz: a saúde da natureza é a saúde da sociedade.

4. Democracia e desenvolvimento

Debruçando-nos sobre a história brasileira neste século, vemos que a partir de 1930 o país entrou e saiu várias vezes da ordem constitucional e democrática. Oscilou entre experiências democrático-populistas, como a de 1946-1964, e experiências autoritárias, como a do Estado Novo de Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985).

Apesar de termos observado picos de crescimento acelerado em períodos autoritários, a história brasileira recente permite que se afirme: a democracia é o caminho para o desenvolvimento. Os 21 anos de ditadura militar deixaram pesada herança: concentração de renda, concentração da propriedade da terra, aprofundamento dos desequilíbrios regionais, crescimento excessivo das atribuições do Estado (Poder Executivo) e das empresas estatais. Daí, o déficit público, as pressões inflacionárias, a ineficiência administrativa. A situação não se originou da democracia, mas do autoritarismo.

Acima de tudo, é necessário alimentar uma cultura política democrática. As elites dirigentes – políticos, empresários, intelectuais, profissionais liberais – devem convencer-se de que um país de massas subalternas, ignorantes e subnutridas não tem futuro algum; de que a desigualdade social extrema bloqueia o crescimento econômico auto-sustentado; de que as discriminações, disfarçadas ou não, contra grupos sociais (mulheres, crianças, negros, mulatos, índios e outros) comprometem a plena incorporação do conjunto da sociedade na construção de seu desenvolvimento.

Depois de todas as experiências autoritárias recentes, a sociedade brasileira já compreendeu que o Estado não pode tudo, nem se deve esperar tudo dele. O desenvolvimento é função dos cidadãos, das forças sociais organizadas na luta por seus interesses e valores. A democracia não elimina o conflito social: legitima-o em suas leis e instituições para resolvê-los a favor dos interesses das maiorias.

A democracia é o exercício político da cidadania, no sentido do desenvolvimento individual e coletivo, apesar de todos os seus riscos e

incertezas – ou, adaptando as palavras do estadista inglês Winston Churchill, *a democracia é o regime político mais imperfeito que existe, com exceção de todos os demais.*

Questões propostas

1. Nossa dívida cresceu bastante na década de 1980, embora o Brasil tenha recebido pouco dinheiro novo do exterior: por quê?

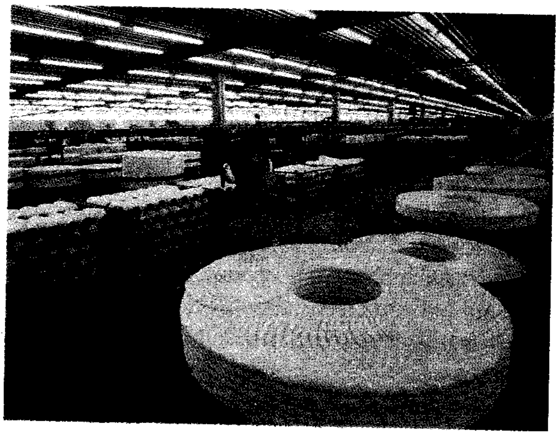
2. Explique a incongruência: o Brasil está em nono lugar no mundo capitalista quanto ao PIB e em 45º lugar em relação à renda *per capita.*

3. Que conseqüências tem para grande parte da população brasileira a deterioração do ensino público? Explique o círculo vicioso que se forma no setor educacional.

4. Apresente três razões para o atraso tecnológico do país.

5. Por que se afirma que o responsável pela degradação do meio ambiente é o nosso "capitalismo selvagem"?

6. Este capítulo expõe claramente que a democracia não é a receita, mas sim a condição para o desenvolvimento do país. Exponha seu pensamento sobre isto.



Indústria têxtil, construção de rodovias e de usinas hidrelétricas: três setores que conheceram grande avanço na recente história do Brasil.